

DEMOCRACIA
E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO EM
PERSPECTIVA

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Elton Luiz Nardi
Maria José Pires Barros de Cardozo
(organizadores)

DEMOCRACIA
E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO EM
PERSPECTIVA

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Democracia e gestão da educação em perspectiva / Elton Luiz Nardi, Maria José Pires Barros de Cardozo, (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2019. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-508-0

1. Democratização da educação
2. Educação – Brasil
3. Educação pública – Brasil
4. Gestão educacional
5. Políticas públicas I. Nardi, Elton Luiz. II. Cardozo, Maria José Pires Barros de. III. Série.

19-31073

CDD-371.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão educacional democrática 371.2

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

ESTA OBRA CONTA COM O APOIO INSTITUCIONAL
DA UNOESC/FAPE PARA A SUA PUBLICAÇÃO

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2019

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Elton Luiz Nardi e Maria José Pires Barros Cardozo</i>	

Parte I – DEBATES

capítulo 1

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA.	21
<i>Hermeson Claudio Mendonça Menezes e Clarice Zientarski</i>	

capítulo 2

A SEPARAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O ECONÔMICO E A LIMITAÇÃO DA DEMOCRACIA	53
<i>Aline Bettio dos Santos</i>	

capítulo 3

DEMOCRACIA: UM VALOR HISTORICAMENTE CONSTRUINDO	69
<i>Durlei Maria Bernardon Rebelatto</i>	

capítulo 4

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA E HISTÓRICA DO CONCEITO DE DEMOCRACIA	85
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	

capítulo 5

DEMOCRACIA SUBSTANTIVA E GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UMA UTOPIA TEÓRICO-PRÁTICA
URGENTE E NECESSÁRIA 111

*Roberto Francisco de Carvalho, Doracy Dias Aguiar de Carvalho
e Rute Soares Rodrigues*

capítulo 6

DEMOCRACIA E FEDERALISMO NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: INCURSÕES CONCEITUAIS 137

Karla Cristina Silva Sousa e Maria José Pires Barros Cardozo

capítulo 7

DESCENTRALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE
SOCIAL: REFERÊNCIAS, INFLEXÕES E O PLANO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA 165

Elton Luiz Nardi e Ana Paula da Motta

capítulo 8

GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS NORMAS
NACIONAIS: PRINCÍPIOS, POSSÍVEIS ESTRUTURAS,
ESPAÇOS E MECANISMOS INSTITUCIONALIZADOS
DE PARTICIPAÇÃO 189

*Patrícia Rezende do Nascimento, Jemima Gertrudes Barreira
Cavalcante e Leonardo Victor dos Santos*

capítulo 9

GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS FRENTE AO SEU SIGNIFICADO
NO CAMPO EDUCACIONAL 211

*Efraim Lopes Soares, Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo
e Melcka Yulle Conceição Ramos*

capítulo 10

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO
DA JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO 233

Roseli Maritan de Aboim Costa e Alzira Batalha Alcântara

capítulo 11	
PARTICIPAÇÃO, EMPOWERMENT E ACCOUNTABILITY: MECANISMOS DE DEMOCRATIZAÇÃO OU DE CONTROLE GERENCIAL DA EDUCAÇÃO?	261
<i>Marilda Pasqual Schneider</i>	

Parte II – EXPERIÊNCIAS

capítulo 12	
GESTÃO DEMOCRÁTICA EM PLANOS DE EDUCAÇÃO NO TOCANTINS: FIOS DE UMA MESMA TRAMA?!	283
<i>Rosilene Lagares, Luzenir Poli Coutinho da Silveira e Patrícia de Mello Gomes Linhares Lemos</i>	

capítulo 13	
GESTÃO (DEMOCRÁTICA?) NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS – ESTUDO DE CASO	307
<i>Adaires Rodrigues de Sousa, Meire Lúcia Andrade da Silva e Robson Vila Nova Lopes</i>	

capítulo 14	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS, INTERPRETAÇÕES E CONTRADIÇÕES	331
<i>Rosimar Serena Siquera Esquinsani e Munir José Lauer</i>	

capítulo 15	
A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NA PERSPECTIVA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	351
<i>Sueli Meneses Pereira</i>	

capítulo 16	
A PESQUISA SOBRE OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO PARANÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO A INFORMAÇÕES OFICIAIS	377
<i>Simone de Fátima Flach</i>	

SOBRE OS AUTORES.	395
---------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

A produção do conhecimento sobre gestão educacional, em especial, a respeito da gestão democrática da educação no país, embora extensa e composta por um acervo destacado que tem contribuído para iluminar o pensamento e a ação educacional, segue sendo desafiada, seja em virtude do curso que assumem as políticas públicas para o setor, seja em razão da necessidade do enfrentamento de velhas e recoladas questões políticas e sociais que atravessam o tema e, ainda, em virtude dos desafios que se colocam no atual contexto. Portanto, em face do quadro complexo e contraditório que informa essas muitas questões que incidem nessa matéria, que seguem despontando inúmeras iniciativas de investigação apoiadas na articulação de pesquisadores e de frentes temáticas, considerados diferentes tempos e espaços relacionados à gestão de sistemas de ensino e da escola.

A presente coletânea é fruto de uma dessas iniciativas, cuja trajetória vem sendo construída desde o início do ano de 2015, por um coletivo de pesquisadores de diferentes estados e instituições do país, unidos em torno de uma grande frente de investigação em gestão democrática da educação, identificada como *Rede Mapa*. Uma rede de pesquisa que congrega docentes e estudantes de pós-graduação e graduação dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Piauí, Maranhão e Tocantins,

no desenvolvimento do projeto de pesquisa *Gestão democrática do ensino público: mapeamento das bases normativas e das condições político-institucionais dos sistemas municipais de ensino*.

Na especificidade que identifica o campo alvo da investigação em curso – os sistemas municipais de ensino –, sobressai a questão da democratização da gestão educacional, em torno da qual orbitam temas que têm sido submetidos à análise crítica do coletivo em diferentes espaços e momentos da trajetória investigativa. A obra, que ora apresentamos, constitui uma dessas iniciativas, também imbuída do propósito de compartilhar reflexões, achados e posicionamentos orientados por bases e leituras críticas acerca do intrincado fenômeno da democratização e sua interface com a gestão da educação, e de destacar a democracia como processo.

A obra está organizada em duas partes. Na primeira delas, *Debates*, foram reunidas contribuições teóricas e reflexões suscitadas a partir da realidade política, social, econômica e educacional, notadamente, em face da complexidade que encerram os temas em pauta. A segunda parte, *Experiências*, reúne textos que enfocam políticas e medidas de gestão levadas a efeito em diferentes contextos e condições, oportunizando ao leitor o acesso a reflexões derivadas de cuidadosos escrutínios de experiências recentes no país.

O capítulo 1, intitulado *Gestão democrática da escola pública: dominação e resistência*, de Hermeson Claudio Mendonça Menezes e Clarice Zientarski, abre a primeira parte da obra. No texto, os autores discutem a democracia na perspectiva do campo da dominação, informada pela submissão à lógica autoritária do neoliberalismo, e da resistência, compreendida na oposição ao estranhamento/alienação humana. Nesse prisma, a gestão democrática é tomada em seu potencial construtor de experiências sociais que possibilitem o desvelamento da realidade concreta na qual os sujeitos estão inseridos, desvelando a totalidade, não a partir da existência da democracia ou da gestão democrática, mas de sua ausência/parcialidade ou formalidade. Segundo defendem os

autores, a gestão democrática precisa ser pensada como instrumento para agregar no mesmo ambiente os mais diversos sujeitos e colocar-se como uma das estratégias de resistência ao modelo capitalista.

No capítulo 2, *A separação entre o político e o econômico e a limitação da democracia*, Aline Bettiolo dos Santos enfoca aspectos relacionados à separação entre o econômico e o político, tendo como base as reflexões de Ellen Meiksins Wood. Considerando que essa separação decorre de um processo histórico, a autora revisita os primórdios, a fim de perceber que conceitos, como democracia e cidadania apresentavam definição diversa da que a sociedade atual possui. Por fim, assinala ser imprescindível a consciência acerca das contradições que o capitalismo oculta, do processo de separação entre o econômico e o político e, portanto, dos limites que a democracia encontra nesse sistema.

A perspectiva histórica da democracia é, também, o tema enfocado por Durlei Maria Bernardon Rebelatto, no texto *Democracia: um valor historicamente construído*, que constitui o capítulo 3 da obra. No texto, a autora propõe uma reflexão orientada por um questionamento de fundo: como é possível na democracia moderna a coexistência de desigualdades sociais com igualdade política formal? Será possível consolidar a democracia em um quadro de misérias sociais que corrói a cidadania subjetiva das maiorias, justamente quando se clama por emancipação política? É com base nessas questões provocativas que a autora discorre sobre a construção do pensamento em torno de democracia e como, de uma concepção mais politizada, ela passa para a esfera da formalidade, esvaziando-se de seu conteúdo social, tornando-se a democracia que hoje temos. Em sua mensagem conclusiva, a autora sublinha o desafio de se ampliar o debate, tendo no horizonte a recriação da democracia a partir de outras bases.

O capítulo 4, Raimunda Maria da Cunha Ribeiro apresenta um debate sobre a construção política e histórica do conceito de democracia. Para tanto, toma por base os fundamentos do materialismo histórico, tendo como ponto de partida essa construção

desde a Grécia antiga até o advento do Estado moderno, com suas particularidades no atual contexto social, político e econômico. Partindo do pressuposto de que o conceito de democracia é histórico, a autora recupera elementos referenciais da democracia sob o ponto de vista da sociedade ateniense, na Grécia antiga, no contexto do Estado moderno, sob a hegemonia do capitalismo, e em torno da ideia de futuro da democracia na sociedade capitalista, propondo a educação como alternativa de formação cidadã ante as questões imperialistas do liberalismo.

O texto de autoria de Roberto Francisco de Carvalho, Doracy Dias Aguiar de Carvalho e Rute Soares Rodrigues, intitulado *Democracia substantiva e gestão democrática: uma utopia teórico-prática urgente e necessária*, compõe o capítulo 5. Nele, os autores tematizam concepções atuais de democracia como antíteses da democracia grega e as suas implicações para os governos e instituições sociais, como as educacionais. Visando explicitar as noções de democracia liberal, deliberativa e substantiva, bem como de gestão da educação, destacam o fato de as práticas democráticas atuais serem influenciadas pela concepção liberal representativa e de, no Brasil, evidenciar-se a confluência dessa concepção de democracia com a democracia deliberativa. Atentos às consequências dessa confluência, pontuam que a gestão das políticas sociais tem sido conduzida na perspectiva da inclusão das minorias, e que, no campo educacional, vem se materializando na lógica da participação minimalista. Para os autores, demarca-se um distanciamento da democracia substantiva pautada na articulação das esferas econômica e política, das liberdades políticas e civis, da igualdade social e da efetiva gestão institucional democrático-participativa.

No capítulo 6, *Democracia e federalismo na educação brasileira: incursões conceituais*, de Karla Cristina Silva Sousa e Maria José Pires Barros Cardozo, é analisada a relação entre democracia e federalismo no Brasil como forma de garantia do direito legal à educação. Nessa direção, as autoras abordam o federalismo

brasileiro a partir da matriz teórica *self rule plus shared rule*, ou seja, o federalismo enquanto pacto. Considerando que, a partir dessa matriz teórica, a política educacional voltada para dinamizar o pacto federativo na área educacional por meio do regime de colaboração constitui um pacto incompleto, as autoras destacam a urgência no avanço da consolidação do regime de colaboração, sobretudo, na explicitação de ideias e práticas de construção de instâncias de cooperação que atuem de forma articulada e com responsabilidades compartilhadas na gestão da educação pública.

Descentralização, participação política e controle social: referências, inflexões e o plano da gestão democrática da educação pública é o título do capítulo 7. No texto, os autores Elton Luiz Nardi e Ana Paula da Motta partem do pressuposto de que, na atualidade, as possibilidades de reforço às referências democráticas de gestão da educação pública passam pela construção de condições com potencial para fazer face às condições orientadas por outras referências. Nessa perspectiva, destacam a importância do olhar atento aos recursos que, na atualidade, convencionou-se chamar de vias para a democratização das relações entre Estado e sociedade, e de submetê-los ao crivo crítico. Assim, os autores abordam os temas da *descentralização*, da *participação política* e do *controle social*, enquanto recursos políticos orientados por princípios democráticos, sem perder de vista a convocação desses mesmos recursos com base em outras lógicas. Buscam, por um lado, realçar o sentido político que esses recursos assumem para a concretização de políticas de gestão educacional orientadas por princípios democráticos, e, por outro, os desvios a esse sentido político, na perspectiva de um processo de apassivamento da própria democracia.

O capítulo 8, *Gestão democrática nas normas nacionais: princípios, possíveis estruturas, espaços e mecanismos institucionalizados de participação*, enfoca normativas fundantes da gestão democrática da educação brasileira, a partir de sua definição como princípio constitucional. Escrito por Patrícia Rezende do Nascimento, Jemima Gertrudes Barreira Cavalcante

e Leonardo Victor dos Santos, o texto aponta, de forma crítica e à luz de referenciais teóricos, para um conjunto de entraves que inviabilizam a implementação da gestão democrática nos sistemas de ensino e que, conseqüentemente, impõe comprometimentos ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, socialmente referenciada.

Efraim Lopes Soares, Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo e Melcka Yulle Conceição Ramos são os autores do capítulo 9, intitulado *Gestão democrática: desafios e perspectivas frente ao seu significado no campo educacional*. O texto focaliza a gestão democrática e os desafios da sua efetivação no contexto educacional, submetendo à reflexão o fato de a administração, na forma como tem sido entendida na atualidade, compreender um processo histórico que implica diferentes concepções de sociedade, de educação e de homem no contexto de projetos em disputa. Nesse sentido, assinalam a concepção de administração na sociedade capitalista e os contrastes em relação a uma concepção democrática, orientada para a transformação social.

Na sequência, compondo o capítulo 10, *Gestão democrática no contexto da judicialização da educação*, Roseli Maritan de Aboim Costa e Alzira Batalha Alcântara submetem à discussão o princípio da gestão democrática, consagrado na Carta Magna, no contexto da judicialização da educação, partindo do pressuposto de que a intensa demanda pela via judicial interfere na organização e planejamento dos sistemas de ensino e vai de encontro ao referido princípio. Segundo as autoras, os embates jurídicos, sob diferentes matizes, vêm reconfigurando a política educacional e podem dar novos contornos à gestão democrática da educação na contemporaneidade, comprometendo seus pilares: o diálogo e a participação.

Completa a primeira parte da obra, o texto de Marilda Pasqual Schneider, intitulado *Participação, empowerment e accountability: mecanismos de democratização ou de controle gerencial da educação?* Assinalando que o princípio constitucional da gestão

democrática está implicado na ideia de autonomia da escola, descentralização das políticas educacionais e construção coletiva da cidadania, a autora situa a emergência de alguns conceitos considerados fundamentais à democratização da gestão educacional, tais como o de participação, empoderamento e *accountability*. Atenta à polissemia desses conceitos, Marilda propõe uma reflexão em torno das formulações políticas que essas expressões assumem nas recentes reformas educacionais, argumentando que as mudanças em curso na educação brasileira, apesar de difundirem a ampliação dos espaços de participação política da comunidade, o fazem na direção da descentralização das responsabilidades sociais sobre os resultados educacionais e na limitação dos espaços de exercício coletivo da autonomia.

A segunda parte da coletânea, composta por cinco capítulos, inicia-se com o texto de Rosilene Lagares, Luzenir Poli Coutinho da Silveira e Patrícia de Mello Gomes Linhares Lemos, *Gestão democrática em planos de educação no Tocantins: fios de uma mesma trama?! A partir dos resultados parciais de pesquisa realizada com o objetivo de identificar, em planos municipais de educação tocantinenses, elementos de consonância com o PNE e, conseqüentemente, com o quadro normativo nacional no campo da educação, no que se refere a diretrizes, estruturas e mecanismos de participação para a gestão democrática da educação, as autoras submetem à análise os dispositivos específicos relacionados à gestão democrática no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014, na Constituição do Estado do Tocantins/1989, na Lei do Sistema Estadual de Ensino/2009, no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/2015). Elas indicam que embora municípios das distintas regiões do estado estejam em consonância com os dispositivos nacionais, por vezes desconsideram suas especificidades, realidade que as levam a advertir quanto ao fato de os discursos contidos nos documentos indicarem possibilidade de diferentes concepções de participação. Por essa razão, defendem a necessidade de superação da aparência dos documentos e de*

compreensão da existência de uma disputa por projetos societários, de modo a se transpor tanto a subestimação quanto à superestimação da democracia.

É também sobre experiência levada a efeito no estado do Tocantins que escrevem Adaires Rodrigues de Sousa, Meire Lúcia Andrade da Silva e Robson Vila Nova Lopes. Em *Gestão (democrática?) nas instituições educacionais no contexto dos sistemas municipais de ensino da regional de educação de Miracema do Tocantins – estudo de caso*, que compõe o 13º capítulo, os autores voltam-se aos elementos constitutivos e à efetividade (ou não) da gestão democrática nos sistemas municipais de educação. Atentos às apropriações de diferentes concepções de democracia e às atribuições de sentidos e significados de elementos que constituem a gestão democrática, observam uma forte relação entre questões locais e orientações advindas de organismos multilaterais, mantidos formalmente elementos de controle social, como conselhos, fóruns, grêmios e outros, porém de modo desarticulado.

No capítulo 14, *A gestão democrática nos planos municipais de educação no Rio Grande do Sul: evidências, interpretações e contradições*, Rosimar Serena Siquera Esquinsani e Munir José Lauer enfocam a gestão democrática expressa nos planos municipais de educação do Rio Grande do Sul, tendo em vista compreender a narrativa em torno da gestão democrática nos referidos documentos. Os autores destacam que nos documentos examinados o tema encontra-se pautado ora no Plano Nacional de Educação, ora no plano estadual, ora em uma terceira via.

O plano municipal de educação também é o objeto de análise de Sueli Meneses Pereira, em *A democratização da gestão na perspectiva do plano municipal de educação*, que compõe o 15º capítulo da coletânea. O texto aborda a figura do plano municipal de educação e a ideia de democracia, relacionando-as com a gestão educacional. Adentra ao quadro normativo sobre gestão democrática do ensino público na Constituição Federal, assim como ao conjunto de diretrizes constantes do Plano Nacional de Educação sobre a

matéria. Na extensão do debate, a autora focaliza diretrizes, metas e estratégias identificadas em planos municipais de educação do Rio Grande do Sul, submetendo-os à análise crítica, especialmente, quanto às condições de concretização das metas firmadas.

A segunda parte da obra é completada com o capítulo *A pesquisa sobre os sistemas municipais de ensino do Paraná: limites e possibilidades para o acesso a informações oficiais*, de Simone de Fátima Flach. No texto, a autora discorre sobre os caminhos percorridos e as principais dificuldades enfrentadas, no curso da pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede Mapa, para o acesso a informações sobre os sistemas municipais de ensino do estado do Paraná. Dentre as limitações pontuadas, destaca a inexistência de informações, a despeito do estágio de desenvolvimento das tecnologias digitais e informacionais, o que a leva a concluir que a adoção de tais tecnologias como forma de acesso aos dados e informações públicos ainda é frágil.

Conforme referido, como parte do conjunto de iniciativas deflagradas pelo coletivo de pesquisadores da Rede Mapa, o projeto da presente coletânea foi orientado pelo objetivo de contribuir para o debate sobre a gestão democrática da educação pública no país. Pela colaboração do(s) autores(as), determinante para a concretização do projeto, registramos nossos sinceros agradecimentos.

Esperamos que a obra seja acessada por todos os que se interessam pelos temas abordados, especialmente pesquisadores, estudantes da educação superior, profissionais e trabalhadores da educação, e que as lentes atentas dos *nossos leitores possam confirmar o objetivo que guiou a construção da presente coletânea.*

Elton Luiz Nardi

Maria José Pires Barros de Cardozo
Joaçaba/SC; São Luís/MA, junho de 2019